



Conselho Municipal da Mulher

Lei Municipal Nº 7.235, de 14 de Dezembro de 2011

Ata da Reunião Ordinária – 09/08/17

ATA da Primeira Reunião do Conselho Municipal da Mulher, realizada na Câmara de Vereadores de Piracicaba, sala de Reuniões do Segundo Andar do Prédio anexo, às dezenove horas do dia nove de agosto de dois mil e dezessete, com a presença do conselho constituído com as conselheiras do poder público, sociedade civil e sétima vaga e convidados, conforme lista de Presença. A conselheira Laura fez a abertura da reunião às 19h15minh informando sobre a pauta da ordem do dia que seria a eleição para a diretoria executiva do conselho, após foi feita apresentação pessoal de todas as conselheiras, para que todas pudessem se conhecer pessoalmente, profissionalmente e as áreas de atuação social e política. Iniciando a pauta, e iniciando o processo eleitoral a conselheira Laura colocou seu nome a disposição para a Presidência, a conselheira Leila e a Conselheira Aracy disponibilizaram os nomes para a Vice-Presidência, conselheiros Terezinha colocou-se a disposição para Secretaria geral e Cássia para segunda secretária. Numa composição, Terezinha abriu mão da secretaria Geral para Aracy que na sequencia abriu mão da vice-presidência para Leila. Houve assim uma chapa consensual, aprovada por unanimidade pelas conselheiras, ficando a Diretoria Executiva da seguinte forma: Presidente, a Sra. Laura Queiroz; Vice-Presidente, a Sra. Leila Motta; 1ª Secretária, Sra. Aracy Lovadini; e 2ª Secretária, a Sra. Cássia Del Tio. Após a eleição verificou-se tempo para discussão, abrindo inscrição para as falas, que tratariam sobre as discussões sobre o plano de trabalho do período. A conselheira Aldelize solicitou que fosse disponibilizado o plano de trabalho da gestão anterior e que todas pudessem tomar conhecimento, estudar e avaliar para novas propostas, bem como, para dividirmos todas as informações atuais e passadas, observar relatórios, pedidos e documentos. A presidente Laura falou que o Plano de trabalho anterior está excelente, mas também temos que respeitar as diretrizes da IV Conferencia Municipal da Mulher (2015), nos basear nessas duas linhas de atuação primeiramente, incluir também no plano a solicitação para a Casa Abrigo para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica, luta iniciada através do PPA que algumas conselheiras puderam acompanhar. Conselheira Sonia solicita que a ata seja enviada o mais rápido possível e que seja sempre lida e aprovada na reunião subsequente, pois entende que a demora torna o trabalho inviável, sendo que as atas devem ser assinadas na reunião seguinte com a ciência de todas as conselheiras. Conselheira Cássia menciona que a casa abrigo, foi que pela segunda vez proposta sua criação, sendo documentada inclusive na 11ª Conferência da Assistência Social realizada em julho de 2017 como propositura municipal e estadual, visto que esta mesma diretriz havia sido discutida e acatada na conferência anterior e não havia sido "cumprida". A documentação será trazida pela conselheira da SEMDES já que toda conferência foi organizada por esta Secretaria. Conselheira Pâmela questiona se vamos apenas nos ater a conferencia municipal no que se refere aos objetos de trabalho. Conselheira Aracy considera importante rever o regimento com a formação de uma comissão – Laura e Leila entendem que isso também é parte integrante do novo plano de trabalho, o qual deverá discutir nova formatação do regimento no que se refere à sétima vaga e processo eleitoral do conselho. Dessa Maneira, além dos nortes do plano de trabalho anterior, das diretrizes da conferencia, comporia nosso plano de trabalho a alteração do regimento atual. Conselheira Leila reforça a importância do estudo e alteração do regimento, chama atenção para o cuidado com o não esvaziamento das reuniões por parte das conselheiras do poder público, entendendo que o fortalecimento do conselho perpassa por elas e esse elo com o governo, discorre sobre a importância que deve ser dada ao conselho pelo poder público, a inserção social, descentralização e aproximação com as mulheres das comunidades e regiões periféricas, ratifica proposta do conselho itinerante e



Conselho Municipal da Mulher

Lei Municipal Nº 7.235, de 14 de Dezembro de 2011

reuniões extraordinárias de caráter não deliberativo e sim de formação e divulgação do conselho. Conselheira Laura Informa que em virtude da última situação de posse, que foi vergonhosa e desrespeitosa solicitou ao prefeito evento formal de solenidade de posse, disse que irá até a secretaria para estudar uma data para solenidade de posse oficial, reafirmando que este conselho é sério e necessitamos do mais amplo e irrestrito respeito. Possibilidade de data para setembro com a concordância de todas. Conselheira Aracy Informa q não esteve presente na posse, mas entende que é muito importante e necessário o conselho ter um local fixo para o conselho, uma casa ou sala, para encaminhar, reunir e atender. Representante da Secretaria de Governo Dagmar salienta a necessidade de alimentar o portal dos conselhos com as informações atualizadas, composição, documentos, reuniões e outros. Conselheira Aldelize Informa que a alimentação do portal e do site ficou sob a responsabilidade da Conselheira Graziela e que ela irá auxiliar. Dagmar informa que a senha do facebook está com a Thais e Tatiane conselheiras do mandato anterior. Conselheira Laura solicita a Aldelize e Graziela que agilizem a alimentação do Portal e se interessem na alimentação das redes de modo Geral. A convidada Lia Mara esclarece sobre a Patrulha Maria da Penha, que foi um pedido feito a procuradoria solicitando que cobrasse da prefeitura políticas públicas para mulheres, sendo a patrulha fruto de trabalho contínuo das Marias de Luta, que provocaram o judiciário que por vez pediu a prefeitura. Conselheira Aldelize registra que a Patrulha Maria da Penha é uma luta de todas as mulheres, inclusive do conselho anterior e não apenas das Marias de Luta. Conselheira Laura solicita documento que foi enviado a procuradoria que deu origem a patrulha. Conselheira Pamela pergunta da possibilidade das Marias de Luta trazerem suas propostas para o Conselho, agendamento de uma Reunião, Laura responde da necessidade de disponibilizar o conteúdo a todas, antes, para conhecimento. Conselheira Ina Mara discorre sobre o descaso ocorrido no ato de posse, necessidade de nosso empoderamento, que para avanços, devemos ser respeitadas, para luta efetiva junto a comunidade, discorre sobre seu voluntariado junto a ong CASVI, de onde se inseriu na vida política, discorre sobre a importância das ongs e das informações que elas oferecem, pois muitas mulheres tem vergonha de procurar a rede pública de saúde, necessidade de abrir e manter diálogo com as ONGS e entidades de apoio para integrar as propostas. Reforça necessidade de ter espaço físico para o conselho. Conselheira Valéria Sugere que se solicite a câmara a ata eletrônica para gravação das reuniões facilitando o trabalho da secretaria e a presidente Laura fará ofício solicitando o serviço de ata gravada com a reunião gravada. Conselheira Mayra reafirma a necessidade de dar visibilidade a todas as mulheres e seus casos, que as mulheres possam chegar, falar e ouvir, importância do CRAM. Fez convite do Sarau na casa do Hip Hop, com intuito de dar voz às mulheres. Fala sobre os casos de violência que não tem repercussão, tornando inviável a apuração. Conselheira Laura fala sobre a cartilha, sua distribuição e importância. Cássia informa que tem uma caixa fechada com folders pode disponibilizar. Pamela solicita cartilha para evento da Casa do Hip Hop, e fala da importância da cartilha conter também o DISK 100. Laura irá solicitar a inclusão do DISK 100 nas próximas edições. Laura faz a leitura da rede de atendimento escrita no corpo da cartilha e discorre sobre a importância de sabermos para orientar e popularizar, diz ainda que irá solicitar todos os ofícios da gestão anterior a ex-presidente Thais, pois alguns locais de atendimento foram abertos após solicitação do conselho ao MP. Informa também sobre a importância de divulgar a defensoria pública para quem não pode pagar, porque os serviços são bons e a conselheira Mayra diz que a defensoria tem ótima parceria com as Promotoras Legais Populares. Conselheira Aracy Fala, da necessidade de nos qualificarmos e estarmos cientes de tudo que temos para informar melhor e reproduzir o



Conselho Municipal da Mulher
Lei Municipal Nº 7.235, de 14 de Dezembro de 2011

conhecimento e orientação. Conselheira Mayra fala dos cursos em andamento das PLPs, palestras e chama atenção para as mulheres encarceradas, necessidade de campanha de absorventes e coletores que elas não têm. Conselho, aprova realização de campanha para tal finalidade. Conselheira Aracy Chama atenção para o debate sobre mães com filhos viciados e sem orientação. Conselheira Laura solicitada das conselheiras do Poder Público que verifiquem com seus secretários quais as políticas que cada secretaria tem voltada para mulheres, podendo, uma vez sem retorno, fazermos a solicitação via ofício do Conselho com os questionamentos com cópia para o Prefeito. Conselheira Regina endossa necessidade de plano de ação para atender mulheres encarceradas, com a promoção da campanhas. Conselheira Ina Mara coloca que o CRAM já tem hábito de fazer trabalho com palestras dentro dos CRAS e CREAS, com a Psicóloga Ana Claudia, cujas palestras são muito boas, sendo que ela também pode acompanhar o conselho em eventuais visitas as redes de atendimento e órgãos. Sendo Ana Claudia, PLPs e Marias de Luta dispostas a ajudar na qualificação das nossas conselheiras. Conselheira Laura indica realização de Moção do Conselho sobre caso exposto pela Mayra. Várias conselheiras expuseram casos de violência recentes, sendo que uma delas chamou a atenção pelo caso pessoal, no qual relata ter sido induzida dentro da própria delegacia pela delegada da mulher a não dar prosseguimento com a denúncia. Nada mais tendo para discussão, a reunião foi finalizada.

Leila A. Marin Motta

Secretaria dos Trabalhos da Mesa
e Vice-Presidente

Laura M^a Pires de Queiroz

Presidente